

Adaptação do Questionário de Autonomia nos Adolescentes (QAA) para a língua portuguesa

João Graça

Maria Manuela Calheiros

Ana Martins

Centro de Investigação e Intervenção Social, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Resumo

O presente estudo tem como objectivo principal apresentar a versão portuguesa do Questionário de Autonomia nos Adolescentes, traduzido e adaptado a partir do Adolescent Autonomy Questionnaire (Noom, 1999). De forma a observar as qualidades psicométricas da versão portuguesa procedeu-se à análise da estrutura factorial, análise da fidelidade, análise da sensibilidade e correlações inter-factores. Os resultados obtidos com uma amostra de 171 adolescentes indicaram, através de análise factorial confirmatória, que o modelo original constituído por três dimensões não se revelou adequado à estrutura correlacional observada. Neste sentido, recorreu-se a uma análise exploratória que reproduziu uma estrutura composta por quatro factores – Auto-determinação; Independência; Autonomia cognitiva e Autonomia emocional. Em termos gerais, observaram-se indícios favoráveis à adequabilidade da presente versão do instrumento para a população adolescente portuguesa em contexto escolar. As diferenças observadas entre os participantes em função da idade (14-16 anos vs. 17-19 anos) são consistentes com os resultados obtidos nos estudos do instrumento original, fornecendo evidências adicionais favoráveis à validade da versão portuguesa.

Palavras-chave: Adaptação, Adolescentes, Autonomia, Avaliação.

Abstract

The present study aims to adapt and translate the Adolescent Autonomy Questionnaire (Noom, 1999) for the Portuguese context. In order to observe the psychometric qualities of the Portuguese version, the factorial structure, reliability, sensibility and inter-factor correlations were analyzed. Confirmatory factor analysis with a sample of 171 adolescents revealed that the original tridimensional model was not adequate to the observed correlational structure. Subsequent exploratory factor analysis yielded a structure with four factors – Self-determination, Independence, Cognitive autonomy and Emotional

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Maria Manuela Calheiros, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa; E-mail: maria.calheiros@iscte.pt

Autonomy. Concerning the psychometric qualities, analysis provided evidences favorable to the suitability of the present version of the questionnaire for the Portuguese adolescent population in educational context.

The differences observed between the participants regarding their age (14-16 years vs. 17-19 years) are consistent with the results found in the studies of the original questionnaire, providing additional evidences favorable to the validity of the Portuguese version.

Key words: Adaptation, Adolescents, Autonomy, Evaluation.

Introdução

Um dos elementos que marcam a transição da adolescência para a vida adulta é o desenvolvimento da autonomia (Noom, 1999). Esta tarefa de desenvolvimento assume uma importância central, com implicações ao nível do ajustamento psicossocial (Hoffman, 1984), formação da identidade (Frank, Pirsch, & Wright, 1990), capacidade de tomar decisões (Beckert, 2007), resistência a pressões dos grupos de pares (Steinberg & Silverberg, 1986), auto-estima (Noom, 1999), comportamento pró-social (Gagné, 2003) e comportamentos de risco (Turner, Irwin, Tschann, & Millstein, 1993).

Apesar da sua reconhecida importância, o conceito de autonomia suscita alguma discórdia quanto à sua definição. Ao longo dos anos foi alvo de diversas operacionalizações. Já foi medida, por exemplo, enquanto independência funcional (Hoffman, 1984), auto-regulação (Markus & Wurf, 1987), maturidade psicossocial (Greenberger, Josselson, Knerr, & Knerr, 1975), mobilidade (Ferreira & Castro, 1994), individuação (Steinberg & Silverberg, 1986) e auto-determinação (Deci & Ryan, 1987). Talvez este facto justifique que os estudos sobre a autonomia nos adolescentes tenham sido, durante muitos anos, desenvolvidos de forma não cumulativa, com prejuízos para a formulação de uma base teórica robusta e partilhada. Efectivamente, ao observar tal diversidade de operacionalizações, não surpreende que a definição do conceito de autonomia tenha estado no centro de algumas discussões académicas (e.g., Lamborn & Steinberg, 1993; Ryan & Lynch, 1989). Recentemente, assiste-se a um maior esforço integrativo, com o desenvolvimento de abordagens ecléticas (e.g., Beyers, Goossens, Vansant, & Moors, 2003) a reconhecerem as limitações das abordagens unidimensionais a um construto desta natureza.

É neste contexto que Noom (1999) propõe um modelo de autonomia nos adolescentes composto por três dimensões, referente à capacidade do jovem controlar a sua vida. O autor distingue, no estudo deste conceito, uma dimensão cognitiva, uma dimensão emocional e, por fim, uma dimensão funcional. A sistematização das diversas abordagens nestes termos apresenta um elevado valor heurístico, pelo que interessa seguir esta estrutura na presente revisão.

Autonomia cognitiva

Uma das componentes menos estudadas da autonomia na adolescência é a sua vertente cognitiva (Beckert, 2007). Uma das raras excepções é o trabalho de Byrnes, Miller e Reynolds (1999) que, embora não tratando directamente a autonomia, aborda a dimensão cognitiva ao relacionar a capacidade de tomar decisões, um dos aspectos centrais da autonomia cognitiva nos adolescentes (Beckert, 2007; Jacobs & Klaczynski, 2002; Noom, 1999), com a auto-determinação. A eficácia ao nível da tomada de decisão autónoma, por parte dos adolescentes, varia em função de factores internos

e externos ao indivíduo (Miller & Byrnes, 2001). O adolescente autónomo consegue estabelecer objectivos a partir da sua vontade e tem a capacidade de avaliar as suas opções, desenhar estratégias de acção que o conduzam à obtenção desses objectivos e aprender com as situações passadas. Por outro lado, as falhas ao longo deste processo podem traduzir-se na incapacidade de definir objectivos, em erros no cálculo das consequências de determinado comportamento, ou mesmo na incapacidade de avaliar correctamente os resultados da acção que seguiu.

No mesmo sentido, Noom (1999) considera a autonomia cognitiva enquanto a percepção do adolescente daquilo que quer fazer da sua vida, envolvendo a capacidade de avaliar as possibilidades disponíveis, analisar os seus valores pessoais e, em função destes, tomar uma decisão e determinar objectivos pessoais.

Autonomia emocional

A origem do estudo da dimensão emocional da autonomia conta, essencialmente, com o contributo das teorias psicodinâmicas sobre o desenvolvimento do adolescente (Blos, 1985; Freud, 1958). Assim, a autonomia desenvolve-se a partir de um processo de separação psicológica entre o jovem e a sua família, reflectindo-se no desenvolvimento de percepções maduras, realistas e equilibradas do adolescente/jovem adulto sobre os seus pais (Lamborn & Steinberg, 1993). Essencialmente, é este processo que irá permitir o aparecimento das bases de um novo conjunto de pensamentos e valores, produto de uma escolha orientada pelo próprio adolescente e não pelos seus pais, que orientavam grande parte das suas escolhas e pensamentos durante a infância.

Seguindo a tendência para encarar a autonomia enquanto separação emocional, Steinberg e Silverberg (1986) procuraram operacionalizar este conceito medindo a ausência de dependências em relação aos pais, bem como a capacidade de reconhecer a sua personalidade enquanto distinta da personalidade dos seus progenitores. A autonomia emocional do adolescente seria, então, caracterizada pela não-dependência dos pais, a sua individuação, a formação de crenças mais realistas sobre a sua família e, por fim, a capacidade de reconhecer os pais enquanto pessoas além do papel parental. No entanto, veio a verificar-se que esta operacionalização da autonomia emocional surgia relacionada com sentimentos de insegurança dos adolescentes em relação aos pais, percepção de rejeição parental, alienação, desconfiança e menor coesão familiar (Frank, Pirsch, & Wright, 1990; Ryan & Lynch, 1989). Atendendo a estes factos, a abordagem da autonomia emocional enquanto desvinculação afectiva foi reconsiderada, com novas orientações teóricas a manifestarem reservas em aceitar uma conceptualização que enfatize os aspectos relacionados com a separação emocional, e afirmando que o facto de um indivíduo se identificar com um grupo e agir de acordo com as suas tradições, ou seguir a orientação dos pais valorizando o seu afecto e aprovação, não implica necessariamente um défice de autonomia (e.g., Ryan & Deci, 2006). Ainda assim, a importância do desenvolvimento desta dimensão da autonomia continua a ser sublinhada, devido à posição que ocupa no desenvolvimento da personalidade e auto-conceito do adolescente (Bell & Bell, 2005). Ganham força conceptualizações como a de Noom (1999), que prefere realçar a capacidade do jovem sentir confiança nos seus objectivos pessoais, ao mesmo tempo que demonstra consideração pelos objectivos dos outros, enquanto componentes da autonomia emocional.

Em suma, de acordo com esta visão, o facto de um adolescente ser emocionalmente autónomo não implica a negação das relações significativas, do desejo de ser aceite, ou do seguimento de pessoas ou ideais com os quais se identifique. A autonomia emocional caracteriza-se, isso sim, pela confiança do adolescente nas suas crenças e valores pessoais que lhe permite conduzir a sua vida sem excessivas preocupações de validação social.

Autonomia funcional

Para um indivíduo se adaptar com eficácia ao meio, é necessário que estabeleça uma relativa percepção de controlo acerca dos seus processos psicológicos e comportamento (cf. Bandura, 1986; Glasser, 1984). É neste contexto que se enquadra a dimensão funcional da autonomia, enquanto comportamento regulado pelo próprio em oposição ao comportamento regulado por forças externas. A autonomia é, então, observada enquanto auto-determinação.

A corrente teórica que mais tem contribuído para esta abordagem corresponde à *Self-Determination Theory* (SDT; Deci & Ryan, 1980; 1985) e desenvolveu-se a partir do estudo da motivação (Deci, 1975, citado por Ryan & Deci, 2000). À medida que evoluiu, foi progressivamente alargando a sua amplitude ao demonstrar a importância da autonomia em inúmeros contextos (Deci & Ryan, 2008; Ryan & Deci, 2006).

De acordo com esta abordagem, o funcionamento autónomo corresponde à acção que é motivada pelo próprio. No entanto, é importante sublinhar que agir de forma autónoma não implica uma total ausência de influências externas. Com efeito, um acto auto-determinado é um acto que reflecte a vontade de quem o praticou, pelo que uma pessoa pode agir motivada por pressões externas e manter a sua autonomia, desde que esta acção seja realizada de acordo com a sua vontade (Ryan & Deci, 2006). Isto significa que uma pessoa apenas perde a sua autonomia se agir contrariada. Assim, a autonomia não se define pela ausência de pressões ou influências externas num determinado comportamento mas sim pelo consentimento e aceitação dessas mesmas pressões ou influências (Ryan, 1993, citado por Ryan & Deci, 2006).

Aplicado aos adolescentes, o conceito de autonomia funcional sublinha a capacidade do jovem desenhar e seguir uma estratégia de acção para atingir os seus objectivos pessoais, pelo que a auto-determinação e capacidade de regular o seu comportamento assumem uma importância central (Noom, 1999).

Desenvolvimento da autonomia

A adolescência tem sido encarada como uma fase em que os indivíduos começam a explorar e examinar as suas características pessoais, através de um processo de reflexão e descoberta interior que se traduz na formação de um auto-conceito mais diferenciado e melhor organizado (ver Steinberg & Morris, 2001). A convergência entre as alterações biológicas, cognitivas e sociais inerentes a esta fase de desenvolvimento agem como incentivo ao desenvolvimento da autonomia, conferindo aos jovens mais possibilidades de participação nas decisões acerca dos assuntos que afectam a sua vida, bem como maior independência e liberdade (Bumpus, Crouter, & McHale, 2001).

Noom (1999) observou, na sua pesquisa, que os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos demonstravam ter níveis mais elevados de autonomia no que respeita às três dimensões (cognitiva, emocional e funcional), quando comparados com jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos – o que parece reforçar o seu papel enquanto tarefa de desenvolvimento a realizar durante a adolescência.

Por outro lado, a pesquisa de Noom (1999) indicou ainda que os jovens do sexo masculino revelavam ser mais autónomos do que as jovens do sexo feminino, mas apenas ao nível cognitivo e funcional. De facto, Hare-Mustin e Marecek (1986) afirmam que o desenvolvimento da autonomia não é independente das questões de género relacionadas com a socialização dos mais jovens. Enquanto os rapazes são tendencialmente educados em função de valores como a autonomia, independência e capacidade de distanciamento, as expectativas existentes em relação às raparigas acabam por reforçar

a sua dependência e disponibilidade para atender às necessidades dos outros, muitas vezes em prejuízo das suas próprias necessidades. Por esta razão, a autonomia surge, de acordo com as autoras, muitas vezes conotada a traços de personalidade tradicionalmente considerados masculinos. Ainda neste sentido, Bumpus, Crouter e McHale (2001) lembram que, durante a adolescência, existe uma maior pressão para a adoção de comportamentos que se enquadrem nas concepções normativas de masculinidade (i.e., independência; auto-afirmação) e feminilidade (i.e., dependência; submissão), o que se traduz no acentuar das diferenças entre rapazes e raparigas.

Objectivos do presente estudo

O corpo teórico e empírico correspondente ao trabalho até hoje realizado na área da autonomia nos adolescentes encontra-se pouco consolidado e demasiado fragmentado, com iniciativas independentes provenientes de várias áreas (e.g., psicologia do desenvolvimento, psicodinâmica, psicologia da motivação) a não consumarem uma abordagem pautada por uma linguagem partilhada e orientada por uma agenda comum. Enquanto, por um lado, esta diversidade de perspectivas contém em si o potencial de favorecer uma compreensão mais completa e abrangente de um fenómeno tão central para a existência humana, a verdade é que a sua concretização apenas pode ser materializada se, paralelamente, houver um esforço em integrar os contributos das várias correntes teóricas. A abordagem à autonomia adoptada por Noom (1999), ao considerar pensamentos, emoções e comportamentos, deve ser encarada e reforçada enquanto movimento dessa natureza, apesar de relativamente recente, não muito disseminada e, conseqüentemente, pouco validada.

Neste sentido, o presente trabalho pretende contribuir para o início da sua implementação em contexto nacional, constituindo-se assim como primeiro passo de um processo de difusão, adaptação e validação do instrumento que a operacionaliza, para a população adolescente em Portugal. Para tal, analisámos as suas qualidades psicométricas através da análise da estrutura factorial, e do teste à fidelidade e sensibilidade. Adicionalmente, os dados obtidos com este questionário foram explorados em função de algumas variáveis sócio-demográficas, nomeadamente a idade e o sexo dos participantes.

Método

Participantes

A amostra em estudo é constituída por 171 adolescentes que se encontram a frequentar o ensino secundário numa escola pública na área de Lisboa, tendo sido recolhida por conveniência. 92 dos participantes são do sexo feminino (53.8%) e 79 do sexo masculino (46.2%), com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos ($M=16.11$; $DP=1.04$). Em relação à sua distribuição pelos escalões etários, 69% dos jovens encontravam-se no primeiro escalão (14-16 anos) e 31% no segundo escalão (17-19 anos).

Instrumento

Questionário de Autonomia nos Adolescentes (QAA). O QAA foi adaptado por Noom (1999) a partir de um questionário de autonomia para adultos (Bekker, 1991, citada por Noom, 1999). O questionário é composto por 15 itens, com uma escala de resposta com cinco pontos (1=Nada característico de mim;

5=Muito característico de mim), que reflectem o grau em que os jovens são autónomos em relação a três dimensões, cada uma constituída por cinco itens. A Autonomia cognitiva diz respeito à capacidade do jovem tomar decisões e estabelecer objectivos pessoais (e.g., “Consigo fazer uma escolha facilmente”). A Autonomia emocional refere-se ao sentimento de auto-confiança e ausência de necessidade excessiva de validação social (e.g., “Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros”, item de codificação invertida). A Autonomia funcional corresponde a uma conduta confiante e auto-regulada (e.g., “Sinto dificuldade em começar uma nova actividade sozinho/a”, item de codificação invertida). De acordo com o autor, em termos globais, o instrumento reflecte a capacidade do jovem controlar a sua vida.

No estudo em que foi adaptado, foi submetido a uma análise factorial confirmatória que revelou a adequabilidade do modelo tridimensional teoricamente proposto (GFI=0.93; AGFI=0.90). Relativamente ao níveis de consistência interna, todas as dimensões revelaram deter valores aceitáveis (Autonomia cognitiva, $\alpha=.71$; Autonomia emocional, $\alpha=.60$; Autonomia funcional $\alpha=.64$). Por fim, quanto à sua validade, as três dimensões surgiram positivamente correlacionadas com outras escalas consideradas indicadoras de independência a diversos níveis, nomeadamente a percepção de objectivos pessoais (Palmonari, Pombeni, & Kirchler, 1990), locus de controlo interno (Andriessen & Cadsand, 1983) e estilo de coping activo (Schreurs, Van de Willige, Tellegen, & Brosschot, 1988).

Processo de tradução

O instrumento encontrava-se originalmente em inglês, pelo que foi submetido a um processo de tradução que consistiu na elaboração de duas traduções feitas de forma independente (uma realizada pelo investigador, e a outra realizada por uma tradutora bilingue). Desta forma, pretendeu-se aliar as competências técnicas advindas de uma tradução desenvolvida no âmbito profissional com conhecimento de ambos os contextos e idiomas, ao domínio teórico necessário para uma adaptação mais enquadrada no construto em análise. Posteriormente, ambas as versões foram cruzadas e foi elaborada a versão final do questionário.

Procedimento

Os instrumentos foram aplicados na escola, em contexto de sala de aula, demorando cerca de 15 minutos a preencher. A distribuição e recolha dos questionários foi feita por um elemento externo à escola, bem como as instruções e esclarecimentos prestados. Foram também garantidos o anonimato e confidencialidade das respostas e sublinhado o facto de a participação ser voluntária.

Resultados

Estrutura factorial e análise da fidelidade

De forma a testar a adequabilidade do modelo do QAA proposto por Noom (1999) à estrutura correlacional obtida na presente amostra, recorreu-se inicialmente a uma Análise Factorial Confirmatória, através do software AMOS 16 (Arbuckle, 2005). Consideraram-se como valores indicativos de bom ajustamento Comparative Fit Index (CFI) e Goodness of Fit Index (GFI) superiores a 0.9 e PCFI e PGFI superiores a 0.6. Considerou-se ainda que $\chi^2/df=2$ e Root-Mean-Square-Error of

Approximation (RMSEA) inferior a 0.5 com uma probabilidade P [$rmsea \leq 0.05$] não significativa indicavam um bom ajustamento do modelo (Byrne, 2001).

A Análise Factorial Confirmatória da estrutura tri-factorial do QQA indicou, então, que o modelo original proposto por Noom (1999) não apresenta um bom ajustamento à amostra em estudo ($\chi^2/df=2.400$; CFI=.783; PCFI=.649; GFI=.846; PGFI=.627; RMSEA=.091; $P[rmsea \leq 0.05]=.000$). Na Figura 1 observam-se os pesos factoriais e a fiabilidade individual dos itens de cada factor, bem como as correlações entre factores.

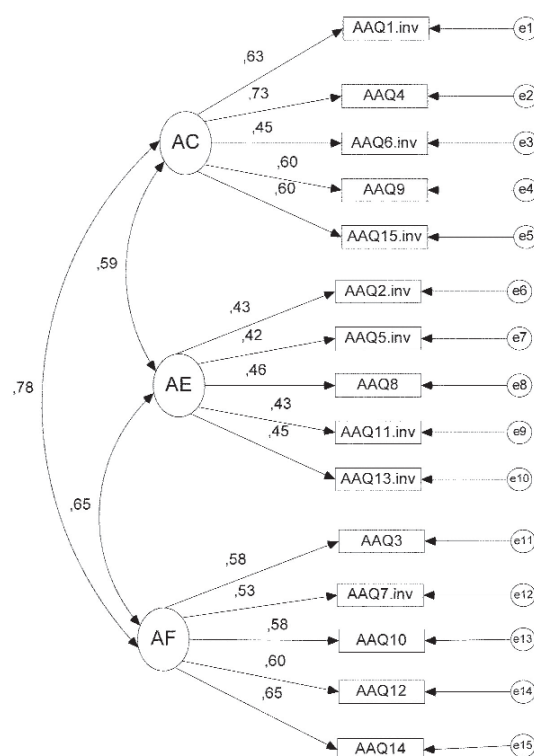


Figura 1. Pesos factoriais, fiabilidades individuais de cada item em cada factor e correlações entre factores da escala AQQ adaptada a uma amostra de estudantes portugueses ($\chi^2/df=2.400$; CFI=.783; PCFI=.649; GFI; PGFI=; RMSEA=.091; $P[rmsea \leq 0.05]=.000$).

Considerando que o modelo acima testado não se revelou adequado às especificidades da presente amostra, optou-se por verificar em que medida a estrutura do instrumento se diferencia, neste contexto, da proposta original. Assim, recorreu-se a uma análise de componentes principais exploratória cuja extracção foi realizada a partir do critério de *Kaiser* – selecção dos factores cujo valor próprio é superior a 1 –, tendo estes sido submetidos a uma rotação ortogonal através do método *Varimax*. A análise das distribuições dos 15 itens não evidenciou problemas de assimetria, pelo que todos foram incluídos nas análises factoriais posteriores, tendo estes apresentado níveis de saturação superiores a .40. No entanto, a primeira análise revelou que o item número seis (“Muitas vezes não sei o que pensar”, item de codificação invertida) não se enquadrava adequadamente na solução extraída, uma

vez que apresentava níveis de saturação elevados em mais do que um factor. Por esta razão, foi retirado da análise posterior.

A solução definitiva extraída propõe 14 itens agrupados em quatro factores com uma capacidade explicativa acumulada de 57.3% (Quadro 1). A adequação do uso do modelo factorial foi verificada através do teste de Bartlett e da estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). O teste de Bartlett permitiu rejeitar a hipótese de que a matriz de correlações subjacente aos itens em análise é uma matriz identidade ($\chi^2=557.66$; $p=.000$). Já a estatística de KMO apresenta um valor bastante elevado (KMO=.803), o que permite caracterizar esta análise factorial como tendo uma boa adequabilidade.

Quadro 1

Análise de componentes principais do instrumento QAA

Item	M	DP	Estrutura factorial			
			I	II	III	IV
Auto-determinação						
2. Quando actuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervoso/a. (-)	3.50	1.12	.71	-.20	.08	.29
12. Sou uma pessoa corajosa.	3.70	0.79	.68	.30	.06	.06
14. Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova.	3.25	0.98	.65	.39	.13	-.06
15. Muitas vezes hesito em relação ao que fazer. (-)	3.15	0.94	.59	.09	.36	.21
3. Vou directo/a aos meus objectivos.	3.94	0.77	.55	.32	.20	-.02
Independência						
10. Consigo iniciar facilmente novos projectos ou actividades sozinho/a.	3.50	0.92	.18	.79	.14	.02
7. Sinto dificuldade em começar uma nova actividade sozinho/a. (-)	3.74	0.99	.11	.70	.21	.16
8. Quando discordo de alguém, eu digo-lhe.	4.09	0.91	.22	.54	-.02	.31
Autonomia cognitiva						
1. Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero. (-)	3.30	1.07	.22	-.06	.78	.209
9. Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente o que responder.	3.45	0.83	.02	.37	.71	.114
4. Consigo fazer uma escolha facilmente.	3.36	0.77	.38	.21	.70	-.092
Autonomia emocional						
5. Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros. (-)	3.53	0.92	.129	.13	-.13	.73
13. Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas. (-)	3.58	0.84	.054	-.02	.25	.68
11. Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza. (-)	3.74	0.85	.042	.22	.14	.61
Variância explicada			30.36%	9.93%	8.96%	8.03%
Alpha de Cronbach			.71	.62	.73	.53

O primeiro factor *Auto-determinação* inclui itens relativos à capacidade do jovem prosseguir uma conduta confiante e auto-determinada e é composto por cinco itens (e.g., “Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova”). Este factor explica 30.36% da variância e apresenta uma adequada consistência interna ($\alpha=.71$; $M=3.50$; $DP=0.64$).

O segundo factor *Independência* refere-se aos itens relacionados com a capacidade do jovem iniciar novos projectos ou actividades sozinho, sem depender excessivamente da aprovação de terceiros, sendo composto por 3 itens (e.g., “Consigo iniciar facilmente novos projectos ou actividades sozinho/a”). Explica 9.93% da variância e apresenta uma consistência interna moderada ($\alpha=.62$; $M=3.77$; $DP=0.71$).

O terceiro factor *Autonomia cognitiva* engloba os itens relativos à capacidade do jovem tomar decisões e estabelecer objectivos, sendo igualmente composto por 3 itens (e.g., “Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente o que responder”). Explica 8.96%, apresentando também um adequado nível de consistência interna ($\alpha=.73$; $M=3.45$; $DP=0.69$).

Por fim, o quarto factor *Autonomia emocional* reporta-se aos itens relativos ao sentimento de segurança nas suas crenças e valores pessoais, sem excessivas preocupações de validação social, sendo também constituído por 3 itens (e.g., “Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas”, item de codificação invertida). Este factor explica 8.03% da variância e apresenta um nível de consistência relativamente baixo ($\alpha=.53$; $M=3.62$; $DP=0.63$).

Assim, conforme se observa, a presente análise exploratória reproduziu uma estrutura distinta do modelo tri-factorial proposto por Noom (1999). Nesta solução, com quatro factores, a dimensão funcional divide-se em dois factores, nomeadamente a Auto-determinação (i.e., capacidade de prosseguir uma conduta confiante e auto-determinada), e a Independência (i.e., capacidade de iniciar novos projectos ou actividades sozinho, sem depender excessivamente da aprovação de terceiros).

Correlações inter-factores

Relativamente às correlações entre os factores (Quadro 2), o valor mais elevado observa-se entre os dois factores que se dividiram a partir da dimensão Autonomia funcional, nomeadamente a Auto-determinação e a Independência, surgindo estes moderadamente correlacionados ($r=.455$). Por sua vez, a Autonomia emocional apresenta correlações baixas com estes últimos ($r=.277$, com a Independência; $r=.269$, com a Auto-determinação). Finalmente, a Autonomia cognitiva não surge correlacionada com qualquer outra das dimensões da autonomia nos adolescentes.

Quadro 2

Correlações entre os factores extraídos (R de Pearson)

	Independência	Auto-determinação	Autonomia emocional
Auto-determinação	.455*		
Autonomia emocional	.277*	.269*	
Autonomia cognitiva	-.014	.020	-.044

Nota. * $p<.01$.

Análise da sensibilidade

Estabelecida a estrutura das escalas de autonomia, assume agora algum interesse fazer uma análise descritiva de cada um dos factores e determinar a sua sensibilidade (Quadro 3).

Em relação aos dados descritivos, destaca-se o factor II (Independência), apresentando o valor médio mais elevado ($M=3.77$; $DP=0.64$). Em oposição, o factor III (Autonomia cognitiva) obteve a média mais baixa ($M=3.45$; $DP=0.69$) mas, ainda assim, acima do ponto médio da escala.

A análise aos valores de assimetria e curtose indica que estas diferenciam os participantes entre si de forma relativamente adequada, já que nenhum dos factores apresenta valores superiores à unidade.

Quadro 3

Valores de Assimetria, Curtose e estatística descritiva

	Coef. Assimetria	Coef. Curtose	Média	Desvio-Padrão	Mediana	Moda
Factor I	-.25	.49	3.50	0.64	3.60	3.60
Factor II	-.19	-.50	3.77	0.71	3.67	4
Factor III	-.62	.21	3.45	0.69	3.67	4
Factor IV	.12	-.56	3.62	0.63	3.67	3.67

Diferenças por idade e sexo

A pesquisa realizada pelo autor original indica que os jovens mais velhos (i.e., entre os 15 e os 18 anos) demonstram deter níveis mais elevados de autonomia no que respeita às três dimensões (cognitiva, emocional e funcional), quando comparados com jovens de idade inferior (i.e., entre os 12 e os 14 anos).

De forma a fornecer evidências adicionais em relação à validade do instrumento, importa verificar se esta tendência é replicada na presente amostra (ponderando o facto de que, neste caso, a dimensão funcional se dividiu em dois factores – Auto-determinação e Independência). Para tal realizou-se uma análise de variância univariada a um factor fixo (1way-ANOVA). Os pressupostos foram testados, tendo sido verificadas as condições necessárias para prosseguir com a análise.

Em relação ao factor Auto-determinação (AD), os jovens mais velhos ($M=3.72$) demonstraram deter níveis significativamente mais elevados de autonomia [$F(1,171)=9.87, p=.002$] do que os jovens mais novos ($M=3.40$). De igual modo, em relação ao factor Independência (IND), os jovens mais velhos ($M=4$) demonstraram deter níveis significativamente mais elevados de autonomia [$F(1,171)=8.34, p=.004$] do que os jovens mais novos ($M=3.40$). Finalmente, os jovens mais velhos ($M=3.79$) demonstraram deter níveis significativamente mais elevados de autonomia emocional [$F(1,171)=6.31, p=.013$] do que os jovens mais novos ($M=3.54$) (Quadro 4).

Quadro 4

Autonomia, idade e sexo

	Idade		<i>F</i>	Sexo		<i>F</i>
	14-16	17-19		Rapazes	Raparigas	
Auto-determinação	3.40	3.72	9.870**	3.69	3.37	8.857**
Independência	3.67	4.00	8.336**	3.80	3.75	0.191
Autonomia cognitiva	3.46	3.42	0.118	3.52	3.39	1.557
Autonomia emocional	3.54	3.79	6.310*	3.58	3.65	0.539

Nota. * $p<.05$, ** $p<.01$.

Relativamente ao sexo, conforme mencionado, também existem evidências de que o desenvolvimento da autonomia não é independente das questões de género, pelo menos no que respeita a alguns domínios (i.e., ao nível cognitivo e funcional). Deste modo, importa verificar se, na presente amostra, os jovens do sexo masculino demonstram deter níveis mais elevados de autonomia do que as jovens do sexo feminino, particularmente nas dimensões acima mencionadas.

Foi novamente realizada uma análise de variância univariada a um factor fixo (1way-ANOVA). Os pressupostos foram igualmente testados, tendo sido verificadas as condições necessárias para prosseguir com a análise.

Os resultados indicam que apenas no factor Auto-determinação (AD), os jovens do sexo masculino ($M=3.66$) demonstraram deter níveis significativamente mais elevados de autonomia [$F(1,171)=8.86, p=.003$] do que as do sexo feminino ($M=3.40$). Nos restantes factores os jovens não demonstraram deter níveis significativamente diferentes entre si (Quadro 4).

Discussão

O presente estudo procurou testar a adequabilidade do modelo proposto por Noom (1999) e observar em que medida a estrutura do instrumento e respectivas qualidades psicométricas se revelam adequadas às especificidades sociais e culturais de um contexto distinto daquele em que foi originalmente testado. A análise factorial confirmatória inicialmente realizada revelou que o modelo tri-factorial proposto e testado pelo autor original não se enquadra de forma adequada nos resultados observados no presente trabalho. Recorreu-se, então, a uma análise factorial exploratória de forma a observar em que medida a estrutura do instrumento se diferencia, na amostra em estudo, da proposta original. A solução extraída reproduziu uma estrutura com quatro factores, com a dimensão relativa à Autonomia funcional a dividir-se em dois factores, nomeadamente a Auto-determinação, que corresponde à capacidade do jovem prosseguir uma conduta confiante e auto-determinada; e a Independência, que reporta à capacidade do jovem iniciar novos projectos ou actividades sozinho, sem depender excessivamente da aprovação de terceiros. O terceiro factor, Autonomia cognitiva, refere-se à capacidade do jovem tomar decisões e estabelecer objectivos pessoais. Finalmente, o quarto factor, Autonomia emocional, refere-se ao sentimento de segurança do jovem nas suas crenças e valores pessoais, sem excessivas preocupações de validação social.

As análises realizadas para verificar eventuais diferenças nos níveis de autonomia por idade e por sexo permitiram confirmar a replicação dos resultados observados no estudo da escala original em relação à idade, em que os jovens mais velhos apresentaram níveis superiores de autonomia nas várias dimensões quando comparados com os jovens mais novos, facto que forneceu evidências favoráveis à validade da versão portuguesa. Ressalve-se a não confirmação de diferenças por sexo na generalidade das dimensões, e a ausência de diferenças significativas entre ambos os escalões etários da presente amostra na dimensão cognitiva.

Considerando as discrepâncias encontradas entre a versão original do instrumento e a presente adaptação, no que respeita à estrutura factorial, os resultados sugerem que a conceptualização do construto de autonomia nos adolescentes pode variar não só em função das correntes teóricas sob as quais é analisado, mas também em função de especificidades culturais/sociais inerentes aos diferentes contextos e populações. Por outro lado, o facto de não se terem observado diferenças significativas relativamente aos níveis de autonomia cognitiva entre os jovens mais velhos e os mais novos pode dever-se não só a eventuais especificidades do contexto nacional, mas também à diferença entre os escalões de idade da amostra original (12-14 e 15-18 anos) e os escalões da amostra em estudo (14-16 anos e 17-19 anos).

Quanto à variação dos níveis de autonomia em função do sexo dos participantes, os jovens do sexo masculino revelaram ser mais autónomos do que as do sexo feminino apenas em relação à Auto-determinação. Esta evidência sugere que existe por parte dos jovens do sexo masculino uma tendência

para demonstrarem mais competências no que respeita à adopção de uma conduta confiante e auto-determinada, possivelmente devido a questões relacionadas com os papéis de género.

Em conclusão, o presente trabalho de adaptação do Questionário de Autonomia nos Adolescentes (QAA) para o contexto nacional fornece indicadores de validade e fidelidade favoráveis à utilização do instrumento com a população adolescente em contexto escolar. Ainda assim, importa ressaltar o facto de que contempla uma amostra de reduzida dimensão respeitante apenas a uma área geográfica do país. Seria desejável que estudos futuros sobre a autonomia nos adolescentes em Portugal reunissem amostras de maior dimensão e integrassem participantes também de outras áreas geográficas. Outra questão importante a mencionar é a ausência de uma análise da validade convergente e discriminante do instrumento, embora as análises relativas à estrutura factorial e correlações inter-factoriais tenham fornecido evidências favoráveis em relação à sua validade de construto.

Anexo

Questionário de Autonomia nos Adolescentes (adaptado de Noom, 1999)

Este questionário contém afirmações sobre várias **atitudes e comportamentos**, para que possamos compreender melhor as tuas características individuais. Lê com atenção cada uma das afirmações e assinala, por favor, com sinceridade a resposta que melhor caracteriza a tua maneira de ser, de acordo com a seguinte escala:

1 – Nada característico de mim; 2 – Pouco característico de mim; 3 – Algumas vezes característico de mim; 4 – Bastante característico de mim; 5 – Muito característico de mim

	Nada característico de mim	Pouco característico de mim	Algumas vezes característico de mim	Bastante característico de mim	Muito característico de mim
1. Noto que tenho dificuldade em decidir o que quero	1	2	3	4	5
2. Quando actuo contra a vontade de alguém, costumo ficar nervoso/a	1	2	3	4	5
3. Vou directo/a aos meus objectivos	1	2	3	4	5
4. Consigo fazer uma escolha facilmente	1	2	3	4	5
5. Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros	1	2	3	4	5
6. Muitas vezes não sei o que pensar	1	2	3	4	5
7. Sinto dificuldade em começar uma nova actividade sozinho/a	1	2	3	4	5
8. Quando discordo de alguém, eu digo-lhe	1	2	3	4	5
9. Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente o que responder	1	2	3	4	5
10. Consigo iniciar facilmente novos projectos ou actividades sozinho/	1	2	3	4	5
11. Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza	1	2	3	4	5
12. Sou uma pessoa corajosa	1	2	3	4	5
13. Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas	1	2	3	4	5
14. Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova	1	2	3	4	5
15. Muitas vezes hesito em relação ao que fazer	1	2	3	4	5

Referências

- Arbuckle, J.L. (2005). *Amos 6.0 User's Guide*. Chicago, IL: SPSS Inc.
- Andriessen, J., & Cadsand, J. (1983). Een analyse van de Nederlandse IE-schaal [An analysis of the Dutch IE-scale]. *Nederlands Tijdschrift voor de Psychologie*, 27, 173-198.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Beckert, T. (2007). Cognitive autonomy and self-evaluation in adolescence: A Conceptual investigation and instrument development. *North American Journal of Psychology*, 9(3), 579-594.
- Bekker, M. (1991). *De bewegelijke grenzen van het vrouwelijk ego*. Delft: Eburon.
- Bell, L., & Bell, D. (2005). Family dynamics in adolescence affect midlife well-being. *Journal of Family Psychology*, 19(2), 198-207.
- Beyers, W., Goossens, L., Vansant, I., & Moors, E. (2003). A structural model of autonomy in middle and late adolescence: Connectedness, separation, detachment, and agency. *Journal of Youth & Adolescence*, 32(5), 351-365.
- Blos, P. (1985). *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bumpus, M., Crouter, A., & McHale, S. (2001). Parental autonomy granting during adolescence: Exploring gender differences in context. *Developmental Psychology*, 37(2), 163-173.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Byrnes, J., Miller, D., & Reynolds, M. (1999). Learning to make good decisions: A self-regulation perspective. *Child Development*, 70, 1121-1140.
- Deci, E. (1975). *Intrinsic motivation*. New York: Plenum.
- Deci, E., & Ryan, R. (1980). Self-determination theory: When mind mediates behavior. *Journal of Mind and Behavior*, 1, 33-43.
- Deci, E., & Ryan, R. (1985). The general causality orientations scale: Self-determination in personality. *Journal of Research in Personality*, 19, 109-134.
- Deci, E., & Ryan, R. (1987). The support of autonomy and the control of behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 1024-1037.
- Deci, E., & Ryan, R. (2008). Self-determination theory: A macrotheory of human motivation, development, and health. *Canadian Psychology*, 49(3), 182-185.
- Ferreira, J., & Castro, M. (1994). A adaptação do inventário de desenvolvimento da autonomia de Iowa com jovens universitários. *Psychologica*, 12, 143-153.
- Frank, S., Pirsch, L., & Wright, V. (1990). Late adolescents' perceptions of their relationships with their parents: Relationships among deidealization, autonomy, relatedness, and insecurity and implications for adolescent adjustment and ego identity status. *Journal of Youth and Adolescence*, 19, 571-588.
- Freud, A. (1958). Adolescence. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 13, 255-278.
- Gagné, M. (2003). The role of autonomy support and autonomy orientation in prosocial behavior engagement. *Motivation & Emotion*, 27(3), 199-223.
- Glasser, W. (1984). *Control theory: A new explanation of how we control our lives*. New York: Harper & Row.

- Greenberger, E., Josselson, R., Knerr, C., & Knerr, B. (1975). The measurement and structure of psychosocial maturity. *Journal of Youth and Adolescence*, 4, 127-143.
- Hare-Mustin, R., & Marecek, J. (1986). Autonomy and gender: Some questions for therapists. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 23(2), 205-212.
- Hoffman, J. (1984). Psychological separation of late adolescents from their parents. *Journal of Counseling Psychology*, 31(2), 170-178.
- Jacobs, J., & Klaczynski, P. (2002). The development of judgment and decision making during childhood and adolescence. *Current Directions in Psychological Science*, 11, 145-149.
- Lamborn, D., & Steinberg, L. (1993). Emotional autonomy redux: Revisiting Ryan and Lynch. *Child Development*, 64, 483-499.
- Markus, H., & Wurf, E. (1987). The dynamic self-concept: A social-psychological perspective. *Annual review of psychology*, 38, 299-337.
- Miller, D., & Byrnes, L. (2001). To achieve or not to achieve: A self-regulation perspective on adolescents' academic decision making. *Journal of Educational Psychology*, 93(4), 677-685.
- Noom, M. (1999). *Adolescent autonomy: Characteristics and correlates*. Delft: Eburon.
- Palmonari, A., Pombeni, M., & Kirchler, E. (1990). Adolescents and their peer groups: A study on the significance of peers, social categorization processes and coping with developmental tasks. *Social Behaviour*, 5, 33-48.
- Ryan, R. (1993). Agency and organization: Intrinsic motivation, autonomy and the self in psychological development. In J. Jacobs (Ed.), *Nebraska symposium on motivation: Developmental perspectives on motivation* (vol. 40, pp. 1-56). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Ryan, R., & Deci, E. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. *American Psychologist*, 55(1), 68-78.
- Ryan, R., & Deci, E. (2006). Self-regulation and the problem of human autonomy: Does psychology need choice, self-determination, and will? *Journal of Personality*, 74(6), 1557-1586.
- Ryan, R., & Lynch, J. (1989). Emotional autonomy versus detachment: Revisiting the vicissitudes of adolescence and young adulthood. *Child Development*, 60, 340-356.
- Schreurs, P., Van de Willige, G., Tellegen, B., & Brosschot, J. (1988). *Utrechtse Coping Lijst (UCL) [The Utrecht Coping Questionnaire]*. Utrecht University, Utrecht.
- Steinberg, L., & Morris, A. (2001). Adolescent development. *Annual Review of Psychology*, 52, 83-110.
- Steinberg, L., & Silverberg, S. (1986). The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development*, 57(4), 841-851.
- Turner, R., Irwin, C., Tschann, J., & Millstein, S. (1993). Autonomy, relatedness, and the initiation of health risk behaviors in early adolescence. *Health Psychology*, 12(3), 200-208.